



A Arbitragem Internacional de Investimentos Estrangeiros em conflitos de transição energética: entre a regulação ambiental e o capital privado **DIMMC**



João Pedro Moraes da Silva – Bolsista PROBIC-FAPERGS;
Anna Gabert Nascimento – Bolsista CAPES;
Leonardo de Camargo Subtil – Professor Orientador;

INTRODUÇÃO / OBJETIVO

A transição energética global, impulsionada por metas climáticas como o Acordo de Paris, levou Estados a adotarem incentivos para atrair investimentos em energias renováveis. No entanto, mudanças retroativas nessas políticas têm gerado disputas entre investidores e Estados em arbitragens internacionais. Este trabalho investiga em que medida a arbitragem internacional de investimentos (AII) pode resolver tais conflitos, buscando analisar sua efetividade na harmonização entre a segurança jurídica do investidor e a soberania regulatória dos Estados.

RESULTADOS

Observa-se que a cláusula de “tratamento justo e equitativo” tem sido o principal fundamento das decisões, diante da ausência de previsões específicas sobre sustentabilidade nos TIIs analisados. Ademais, a jurisprudência recente evidencia uma tendência de redução nas indenizações quando os Estados demonstram motivação ambiental consistente. Por fim, destaca-se a crescente complexidade técnica dessas disputas, que demandam avaliações periciais multidisciplinares envolvendo direito, economia ambiental e engenharia.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa adotou o método hipotético-dedutivo, com abordagem exploratória e técnica bibliográfica. O levantamento incluiu tratados internacionais de investimento (TIIs), jurisprudência arbitral e literatura especializada sobre arbitragem e litigância climática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a arbitragem internacional de investimentos é um instrumento relevante para o equilíbrio entre a atração de capital estrangeiro e a preservação da autonomia regulatória dos Estados em contextos de transição energética. Sua efetividade depende, no entanto, da adequada ponderação entre os princípios da proteção do investimento e os compromissos ambientais assumidos internacionalmente. Como perspectivas futuras, destaca-se a importância da inclusão de cláusulas climáticas nos tratados de investimento, do aprimoramento de diretrizes técnicas para a resolução desses litígios e da ampliação de estudos empíricos sobre os impactos das decisões arbitrais.

RESULTADOS

Os resultados indicam que a arbitragem internacional tem se consolidado como via efetiva para a resolução de litígios entre investidores estrangeiros e Estados anfitriões no setor de energia limpa. Os tribunais arbitrais vêm reconhecendo a legitimidade das mudanças regulatórias quando pautadas pela boa-fé e finalidade ambiental, mas responsabilizam os Estados em casos de quebra das expectativas legítimas dos investidores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KALISZ, Beata Gessel-Kalinowska vel; FRONTCZAK, Maja; PAPROTA, Piotr. Types of state action leading to climate-related investor claims. Investment arbitration and climate change. Alphen aan den Rijn, Países Baixos. Wolters Kluwer. 2023.

MEHRANVAR, Ladan; SACHS, Lisa. The role and relevance of investment treaties in promoting renewable energy investments. Investment arbitration and climate change. Alphen aan den Rijn, Países Baixos. Wolters Kluwer. 2023.

IEA. Renewables 2023: analysis and forecast to 2028. Paris, jan. 2024. Disponível em: <https://www.iea.org/reports/renewables-2023>. Acesso em: 29 set. 2024.